

LITERATURA E EXCEÇÃO: A MEMÓRIA DOS ÁSPEROS TEMPOS
LITERATURE AND EXCEPTION: THE MEMORY OF HARRY TIMES

Valdemar Valente Junior

RESUMO: O presente artigo tem por objetivo promover uma análise acerca do que nas décadas de 1930 e 1940 representou o período de exceção conhecido como Estado Novo que resultou no cerceamento das liberdades políticas e democráticas. Em decorrência desse episódio, a oposição ao sistema evidencia-se de modo significativo na obra de escritores como Graciliano Ramos e Jorge Amado, entre os mais destacados a antagonizarem o regime opressor. Por conta disso, a prisão de ambos representa uma marca que se coaduna ao sinal de resistência imposto por suas respectivas obras. Assim, para efeito deste trabalho, recorreremos à possibilidade de uma leitura crítica acerca de *Memórias do cárcere* e *Os subterrâneos da liberdade* em que os respectivos escritores aprofundam seu posicionamento acerca das agruras perpetradas pelo regime antidemocrático que se instaura à revelia da vontade popular na sociedade brasileira. Palavras-chave: Autoritarismo; Resistência; Estado de exceção.

ABSTRACT; This article aims to promote an analysis of what in the 1930s and 1940s represented the period of exception known as Estado Novo which resulted in the curtailment of political and democratic freedoms. As a result of this episode, opposition to the system is significantly evident in the work of Graciliano Ramos and Jorge Amado, among the leading writers antagonizing the oppressive regime. Because of this, the arrest of both represents a mark that is consistent with the resistance imposed by their respective works. Thus, for the purpose of this work, we resort to the possibility of a critical reading about *Memórias do cárcere* e *Os subterrâneos da liberdade*, in which the respective writers deepen their position about the hardships perpetrated by the undemocratic regime that is in the absence of popular will in Brazilian society. Keywords: Authoritarianism; Resistance; State of exception.

Narrativa e sociedade

A situação política que tem lugar na década de 1930, em vista da polarização ideológica, recruta uma série de escritores, vários deles vindo a assumir posições à esquerda do sistema político. Isso decorre do fato de a produção narrativa ter assumido uma tomada de consciência acerca do atraso social que vitima a sociedade brasileira. Nesse sentido, abre-se a possibilidade do que se caracterizou como romance social vir a mimetizar o drama das populações excluídas pela pobreza extrema. Esse posicionamento, por sua vez, incide em seguidas represálias que colocam os escritores em rota de conflito em relação ao regime vigente, concorrendo para a perseguição política e o encarceramento dos que se veem envolvidos ou participam diretamente das ações perpetradas pela esquerda. Isso pode decorrer não apenas do conteúdo social e

político de determinadas obras, como, do mesmo modo, das relações estabelecidas com organismos que almejam a tomada do poder com vistas à efetivação do socialismo como sistema que se expande a partir da vitória da revolução russa e seus desdobramentos de natureza ideológica.

Tendo como ponto de partida o recrudescimento do regime político posterior à Revolução de 1930, quando o aparelho repressor se aperfeiçoa, este artigo tem como escopo a observação acerca de um processo narrativo que se expande em relação ao que representou o romance de denúncia social e sua ampliação em direção aos descaminhos representados pela repressão política. Isso deve-se ao fato de que a criação literária não teve como abrir mão de um viés de participação nas questões sociais desse tempo, concorrendo para que alguns de seus autores mais representativos, de algum modo, assumissem posições que iriam confrontar o sistema vigente. A essa posição correspondem duas obras publicadas *a posteriori*, no período em que se encerra o regime de exceção e é reestabelecida a ordem democrática, significando um meio de passar a limpo as situações inerentes ao ressentimento que perdura no espírito de alguns escritores diretamente atingidos pela ação repressora do Estado, em vista da prisão de Graciliano Ramos e Jorge Amado:

A repercussão imediata dos acontecimentos políticos na literatura não vai muito além da superfície, e quanto aos efeitos da situação social dos escritores sobre a atividade literária, será preciso distinguir nitidamente entre as classes da sociedade e as correspondentes classes literárias. A relação entre literatura e sociedade não é de mera dependência: é uma relação complicada, de dependência recíproca e interdependência dos fatores espirituais (ideológicos e estilísticos) e dos fatores materiais (estrutura social e econômica). (CARPEAUX, 1978, p. 7).

Diante disso, *Memórias do cárcere* (1953) e *Os subterrâneos da liberdade* (1954) evidenciam o período tenebroso que atinge seus autores, marcado pela censura e pela perseguição de cunho ideológico às manifestações da escrita e do pensamento ligados à esquerda. Nessas obras, fica patenteada a tensão decorrente do agravamento da situação política que tem como resultado a polarização que incide na tomada de posição de um grupo significativo de escritores. Por sua vez, cabe a Graciliano Ramos e a Jorge Amado o papel de trazer para o âmbito da narrativa discussões acerca da exclusão social, abrindo espaços à incorporação das personagens do povo como referências que fundamentam suas obras. Assim, não há como se possa estabelecer uma isenção diante

do que esses autores agregam como matéria de alguns de seus romances mais significativos. Por sua vez, ao aparente distanciamento de Graciliano Ramos, que difere por completo do teor ideológico de Jorge Amado, não se pode deixar de fora do debate acerca de questões que se mostram prementes à situação política em curso.

Por esse meio, *Memórias do cárcere* e *Os subterrâneos da liberdade* transitam entre o memorialismo e a ficção como termos capazes de pôr em evidência um recorte de tempo diante do qual a produção narrativa se vê impelida a provisoriamente abrir mão de seu caráter ficcional para estabelecer um outro plano de verossimilhança com relação aos fatos reais. Daí a perseguição política seguida da prisão de Graciliano Ramos e Jorge Amado encontrarem nesses relatos as referências que confirmam suas respectivas presenças como documentos que conseguem ultrapassar a condição de textos ficcionais para atuarem como retratos de época. Em vista disso, correspondem à memória de um tempo de resistência, na ocasião em que as pressões externas do fascismo que se expande encontram acolhimento nas medidas discricionárias do governo brasileiro. No entanto, a punição que recai sobre esses dois escritores não se mostra capaz de empanar o valor intrínseco de representações que se estendem ao longo do tempo como registros definidos da relação entre literatura e sociedade, acrescentando-se a isso a dimensão crítica do que essas obras podem representar para além da narrativa de ficção:

A instauração do Estado Novo ditatorial e antidemocrático marcaria o início de uma fase nova. Ele coincide realmente como zênite do Modernismo ideológico e uma recrudescência do espiritualismo, estético e ideológico que vimos perdurar ao lado dele, tendo começado antes e, mais de uma vez, convergindo nos seus esforços de luta contra o academismo. (CANDIDO, 1976, p. 125).

O universo das questões sociais presente em romances como *Vidas secas* (1937) e *Capitães da areia* (1937) coloca em questão o lugar incômodo a que tanto Graciliano Ramos quanto Jorge Amado ocupam na cena literária posterior à hecatombe modernista, o que tem efeito na década seguinte, em vista do aparecimento do romance social com registro significativo. Por conta disso, há que se refletir acerca do que *Memórias do cárcere* e *Os subterrâneos da liberdade* representam como expressões genuínas do que significa a trajetória desses escritores até o momento em que sobre eles recai o peso da censura e as garras da polícia política que os persegue. Assim, as vivências acumuladas ao longo desses anos correspondem à tematização da crise política convertida em

narrativa documental, do ponto de vista de quem sofre diretamente as consequências do regime de exceção. Diante disso, os relatos contidos nessas duas obras ampliam seu halo de atuação em vista do que representam os interstícios do sistema, configurando o lado oposto de uma situação que coloca em xeque a atuação do escritor e os resultados do que sua obra mimetiza ao observar os efeitos da crise social que se agrava:

Aliás, vista assim ela deixa de o ser, para tornar-se forma de participação e contribuição a um universo cultural a que pertencemos, que transborda as nações e os continentes, permitindo a reversibilidade das experiências e a circulação dos valores. (CANDIDO, 1989, p. 8).

Diante do que se coloca como estorvo ao exercício do pensamento crítico, *Memórias do cárcere* e *Os subterrâneos da liberdade* situam-se na contramão do que poderia representar o reconhecimento de Graciliano Ramos e Jorge Amado como escritores definitivos, uma vez que expõem o lugar vulnerável da escrita como investida sujeita aos rigores do regime de exceção que se impõe durante a Era Vargas. Assim, a dificuldade em assumir uma tomada de posição em relação ao sistema político, ainda que não a impeça desse mister, resulta em um doloroso processo de que as obras em questão concorrem com resultados significativos. A incumbência diante do papel que a eles é confiado, ao atuarem como porta-vozes desse momento de crise, não tem como deixar de lhes custar um preço, em vista dos percalços que lhe debitam um elevado tributo, decorrente de suas participações como partes integrantes desse processo. A dimensão crítica do que essas obras representam diz respeito a uma etapa seguinte, no que se refere ao fato de elas tematizarem a inviabilidade contra a qual estabelecem situações de confronto com o sistema.

O lugar ocupado por *Memórias do cárcere* e *Os subterrâneos da liberdade* na história da literatura parece transpor suas presenças como partes da produção ficcional de seus autores, uma vez que se prestam ao aprofundamento da crítica acerca da interdição da linguagem, correspondendo à forma encontrada como resposta à imposição da censura e do arbítrio à liberdade de expressão. Depois de decorrido um lapso de tempo, que separa a situação política tematizada por essas obras do retorno ao regime democrático, seus respectivos lugares continuam a suscitar a oscilação que denuncia a instabilidade do sistema. Essa oscilação faz com que se efetive a necessidade de funcionarem como documentos históricos que apontam para a participação da literatura como termo capaz de produzir um nível de conscientização política que sirva

de contraponto ao discurso oficial, na medida em que ficcionaliza a realidade relativa aos desmandos políticos. Por essa via, Graciliano Ramos e Jorge Amado ampliam um espaço de atuação que coloca em evidência a importância fundamental da liberdade presente em suas respectivas obras.

Os porões do regime

A prisão de Graciliano Ramos, em Maceió, na ocasião em que exercia o cargo de diretor da Instrução Pública, denuncia o clima de perseguição política que se instaura antes mesmo da decretação do Estado Novo. Há que se pensar acerca de sua prisão, sua transferência de Maceió para Recife, em um trem da Great Western, ficando preso no 20º Batalhão de Caçadores, e, em seguida, no navio Manaus, para o Rio de Janeiro, tendo ficado na sede da Polícia Central e no Presídio da Ilha Grande como o resultado de um emaranhado jogo político de que é vítima. Na condição de servidor público, teria despertado a vindita de seus desafetos, a quem sua atuação exemplar teria despertado uma inveja gratuita. Por sua vez, contra ele não existe nenhuma acusação formal que se sustente, a partir do fato de que não pertence aos quadros do Partido Comunista, o que somente viria a ocorrer anos mais tarde. Em vista de uma acusação sem qualquer fundamento, sua prisão, em princípio, decorre de seu relacionamento com intelectuais alagoanos ligados ao Partido Comunista. O fato é que seu encarceramento corresponde à necessidade de o sistema encontrar em escritores e intelectuais seus possíveis inimigos.

Diante disso, o relato de seu calvário de vicissitudes atrás das grades do sistema prisional serve de matéria prima ao que *Memórias do cárcere* viria a representar como expressão do arbítrio de um regime que condena a partir de suposições sem fundamento. Há que se pensar que a prisão de Graciliano Ramos concorreria para sua efetiva filiação ao Partido Comunista, ainda que o colocasse em posição crítica contra uma série de situações internas das quais discordava. Desse modo, sua condição de escritor coloca-se acima de sua filiação partidária, uma vez que ao artista desagradam certas atitudes políticas que contrariam por completo sua condição de homem adepto da liberdade. Em *Memórias do cárcere*, sua escrita concorre como registro das contradições com as quais se depara em seu contato com lideranças de esquerda como Agildo Barata e o argentino Rodolfo Ghioldi. Nesse ponto reside o fator que diferencia Graciliano Ramos das tendências que predominam no Partido Comunista, diante do qual se coloca em uma

posição oposta às correntes que vigoram em torno de uma unidade que contraria seu espírito criador:

Graciliano, quando de boa disposição, e principalmente, quando não tinha ouvintes que o incomodassem, dizia como pensava escrever estas memórias, como abordaria certos aspectos, como definiria alguns ângulos. Foi muito depois de projetar e pensar que se lançou à tarefa, para ele muitas vezes penosa, de passar ao papel os capítulos em que descreveu, passo a passo, não sua experiência pessoal, mas, o que é importante, o que é fundamental, o retrato de uma época. (SODRÉ, 1969, p. 9).

No que se refere especificamente a *Memórias do cárcere*, enumera os acontecimentos de quase um ano de prisões e transferências, elucidando detalhes, a exemplo da parada do navio Manaus em Salvador, na ocasião em que tenta inutilmente enviar uma mensagem ao escritor Edison Carneiro, residente na capital baiana, dando conta de sua prisão. Do mesmo modo, relata seu encontro como o capitão José de Figueiredo Lobo, no Forte das Cinco Pontas, em Recife, de quem guarda recordações que o acompanhariam pelo restante da vida, na medida em que, a despeito de suas posições políticas antagônicas, encontra nesse oficial um exemplo raro de retidão e conduta que lhe serviria como referência. Em que pese o pouco tempo de convivência, o capitão Lobo, como a ele se remete, converte-se em figura da maior importância no âmbito do que *Memórias do cárcere* representa como relato da prisão e expressão dos contatos que se ampliam da situação política para a condição humana, levando-se em consideração o clima de instabilidade que o obriga a estabelecer alianças com vistas à sobrevivência diante das imposições do regime:

Nas *Memórias do cárcere* encontramos elementos para sentir não apenas esta dualidade, como a força resultante de ordenação que as integra na unidade superior da obra literária. Nelas, com efeito, alternam-se a narrativa equilibrada, seca, e as visões de desordem e degradação. (CANDIDO, 1992, p. 59).

Do mesmo modo, a sequência dos acontecimentos relatados em *Memórias do cárcere* dá conta dos momentos de tensão que se seguem aos depoimentos dos presos, quando as contradições afloram de modo a denunciar a instabilidade que caracteriza o relato de depoentes submetidos a todo tipo de pressão. Por sua vez, a relação com os demais presos possibilita a criação de um espaço de fruição do pensamento

revolucionário, a partir do que se chamou de Rádio Libertadora, emissora fictícia que serve para atenuar os rigores da prisão com notícias e versões de músicas que evocam o sentimento de liberdade. Nesse contexto, destaca-se a figura de Paulo Pinto, preso político, pelo gesto de rebeldia do canto coletivo que comanda no meio da madrugada. A atitude simbólica de Paulo Pinto resulta na violência de seu afastamento do grupo de presos que de algum modo pode lhe servir como proteção, além de o fato disso resultar em seu desaparecimento. Assim, a tensão que toma conta do ambiente carcerário chega ao clímax com a notícia do envio de Olga Prestes pelo governo brasileiro a um campo de concentração na Alemanha nazista.

Por sua vez, ao ser transferido para o presídio da Ilha Grande, a prisão de Graciliano Ramos evidencia o equívoco sem tamanho do regime político ao colocar lado a lado presos comuns e presos políticos. A intenção de vir a castigar os presos políticos em contato com marginais de alta periculosidade incide em uma ação de desdobramentos futuros que resultaria na formação de organizações criminosas, tendendo a se perpetuar a partir da reedição dessas medidas durante a ditadura militar. De todo modo, a passagem pelo presídio da Ilha Grande lhe possibilitaria mais alguns encontros que marcariam de modo definitivo sua vida e sua obra. Assim, *Memórias do cárcere* pode situar-se como possibilidade de abertura da relação de Graciliano Ramos com um mundo que a ele se mostrara até então desconhecido. Isso decorre dos sucessivos impasses que esse transe pessoal acaba por lhe proporcionar, trazendo da realidade vivenciada, com a qual estreita ao extremo seu contato, os elementos básicos à configuração dessa obra de caráter definitivo, haja vista a impossibilidade provisória de recorrer a outros mecanismos em sua relação com a escrita:

O realismo, quando sobe a esse ponto crítico, sabe que toda memória é precária ou, no melhor dos casos, apenas seletiva. Se o narrador fixa detalhes isolados de uma figura humana, não o faz, em geral, para convertê-los em metonímias caricatas (os naturalistas, ao contrário, se compraziam nos efeitos de ridículo ou grotesco que produz a nomeação de partes corporais). Nas *Memórias do cárcere* o recorte do pormenor supõe a confissão honesta de que a totalização seria um ideal muito difícil de alcançar e talvez incompatível com os limites da testemunha. (BOSI, 2002, p. 229).

Isso corresponde à amizade que acaba por estreitar com Cubano e Goiano, dois presos comuns com quem convive ao limite de uma vida que não possui outros meios de se efetivar, cabendo ao escritor de classe média descer de sua posição para

compreender a realidade dos criminosos que lhe roubam um colchão, acabando por devolvê-lo. Diante desse episódio, *Memórias do cárcere* evidencia uma situação que reduz a todos ao lugar da insignificância, na medida em que os objetos de uso pessoal perdem seu sentido e sua razão, diferente do que representa o culto à propriedade. Nesse ambiente, Graciliano Ramos parece absorver uma aprendizagem que se sobrepõe em muito às teorias socialistas do período anterior, que corresponde à prisão na sede da Polícia Central, na Rua da Relação. Isso faz com que seu contato com presos comuns, condenados por furto e assassinato, concorra para que se verifique nesses vieses da transgressão criminosa um diapasão diferente, no que tange ao esvaziamento do sentido ideológico como uma marca que nem sempre se confirma como sinal inerente à integridade humana.

Em vista disso, Cubano e Goiano apresentam-se como personagens que, mesmo que se tenham evadido para sempre, constituem-se em elementos primordiais à relação de Graciliano Ramos com o ambiente prisional diante do qual se vê na obrigação de vir a conviver. A seguir, a comprovação de sua inocência e sua absolvição pelo Supremo Tribunal Militar concorre para a retomada de sua vida no Rio de Janeiro, onde passa a residir, exercendo o jornalismo e a literatura. Por sua vez, o impasse político que o condenara à prisão estava longe de chegar a um termo, uma vez que o recrudescimento da repressão coincidiria com a publicação de *Vidas secas*, sua obra de maior tensão social. Assim, o reestabelecimento da democracia ensejaria uma viagem aos países do Leste europeu, na ocasião em que entra em contato com o regime socialista. Nesse contexto, *Memórias do cárcere* parece justificar-se como uma espécie de acerto de contas com o tempo, sendo necessário esperar para que sua publicação trouxesse à luz seu drama pessoal, na ocasião em que o escritor já havia falecido.

Memória da opressão

Os bastidores da política durante o Regime Vargas, culminando com o Estado Novo e sua conseqüente dissolução do congresso e revogação da constituição, concorrem como tema a que se acrescenta a luta dos trabalhadores como pano de fundo no cenário de ação de *Os subterrâneos da liberdade*. Nesse sentido, Jorge Amado descreve passagens inerentes tanto ao ambiente onde pontificam políticos e empresários ligados ao poder quanto à luta dos operários de fábrica, portuários e camponeses irmanados pela igualdade social e fixação das bases revolucionárias de enfrentamento

do fascismo. Assim, a narrativa tem o mérito de recorrer ao aspecto verossímil do que representa sua inter-relação com personalidades da cena política brasileira, apenas citadas pelas personagens que atuam nesse palco como protagonistas. Diante disso, figuras como Armando Sales, Luís Carlos Prestes e Getúlio Vargas são indiretamente abordadas como nomes indispensáveis ao conjunto das abordagens que fazem de *Os subterrâneos da liberdade* uma espécie de narrativa que amplia seu halo de atuação do depoimento à ficção.

Em vista disso, não há como não se possa desvincular essa obra da relação histórica que se impõe observar, na medida em que lança mão de um recorte de tempo que exemplifica sua análise acerca da crise que se instaura no governo, decorrendo desse transe político a decretação do Estado Novo. Por esse meio, a narrativa recorre a diferentes instâncias que vão dos salões dos palácios, onde a classe dirigente toma decisões, à faina dos portuários de Santos e à luta de operários e camponeses contra o arrocho salarial e o fascismo. A isso corresponde a importância do que *Os subterrâneos da liberdade* representa como continuação do que Jorge Amado já propugnara em romances como *Jubiabá* (1935) e *Mar morto* (1936), na ocasião em que sua obra evidencia a luta desigual do proletariado contra as forças do capitalismo que se impõe pela via de sucessivos regimes autoritários. A esse recorte corresponde o papel da geração que incorpora aos valores modernistas a urgência de se colocar em evidência os conflitos decorrentes da crise social no campo e na cidade, trazendo para o âmbito do discurso literário a dimensão plena desse impasse:

Ou seja, o que num primeiro plano é por impulso associado ao tal regionalismo, ou aos escritores do Norte, foi, na realidade, um momento e tensão política generalizada (no Brasil, os movimentos que levaram à Revolução de 1930; a instituição do Estado Novo em 1937; no mundo todo, os embates que culminaram na II Guerra), que se refletiu na literatura de diversas maneiras, todas elas norteadas pela necessidade de adoção de uma postura ideológica de direita ou de esquerda – daí variarem tanto suas correntes literárias. (RUFFATO, 2007, 253).

Diante disso, *Os subterrâneos da liberdade* parece coroar um projeto que se aproxima ao limite máximo da ideologia de Jorge Amado, diante do processo narrativo que desenvolve. Essa tendência predominante em sua obra por vezes parece concorrer como um termo depreciativo, se for pensado o distanciamento crítico que se observa, por exemplo, na narrativa de alguns de seus coetâneos, como se pode observar em

Graciliano Ramos, que tangencia ao extremo oposto a relação entre o autor e a obra. Nesse sentido, toca a Jorge Amado a fixação do ideal socialista como tema que acaba por se confundir com o lugar do ficcionista. Essa postura quase sempre segue a direção oposta ao que a crítica concebe como sendo o que se espera de um escritor. No entanto, a obra de Jorge Amado, tampouco sua imensa popularidade, não teria efeito sem que para tanto não concorresse o estreitamento dessa relação. O que parece corresponder a um espaço determinado, no plano da ficção, não se furta a ter que recorrer a elementos de uma realidade que confere a medida do que o escritor concebe como escopo de seu trabalho:

Desse modo, na medida em que aí as contradições eram mais clássicas, o Nordeste era a região mais típica do Brasil, expressando – em toda a sua crueza e evidência – a crise de todo o país. Não é assim um fato do acaso que tenha sido o romance nordestino da década de 30 o movimento literário mais profundamente realista da história de nossa literatura. (COUTINHO, 1967, p. 140).

Assim, há que se refletir acerca de *Os subterrâneos da liberdade* como obra que, para além da expectativa política de seu autor, funciona como um documento de época que traz à luz o arbítrio do Estado Novo ao lado das contendas contra a exploração no Vale do Rio Salgado, em Mato Grosso, pelas mineradoras norte-americanas, ou a exploração do café comprado pelo governo aos fazendeiros em crise a ser doado ao ditador espanhol Francisco Franco, na ocasião em que os estivadores do porto de Santos resolvem boicotar seu embarque em um navio de bandeira alemã. Do mesmo modo, a narrativa dá conta da perseguição aos núcleos de resistência comunista, a partir da prisão e do assassinato de alguns de seus militantes, por ocasião da visita de Getúlio Vargas a São Paulo. Após um período de afastamento dos quadros políticos paulistas o ditador promove uma reaproximação, o que concorre para uma reação das forças de resistência ao Estado Novo que picham as ruas e espalham panfletos que denunciam o arbítrio e a violência do regime de exceção.

Assim, *Os subterrâneos da liberdade* coloca-se como exemplo extraído da realidade social, em vista do que décadas mais tarde representaria o romance-reportagem, a partir da configuração do crime organizado, e que teria em José Louzeiro seu principal representante. De volta ao legado de Jorge Amado, sua prosa de ficção, de um modo abrangente, não tem como abrir mão das situações que mimetiza, dando a elas uma condição limítrofe entre a realidade e sua reprodução. Por esse meio, a

representação do quadro político que propicia as condições à decretação do Estado Novo e seus desdobramentos se atém à configuração de diferentes cenários de ação onde se desenrolam as sucessivas situações ficcionais em *Os subterrâneos da liberdade*. Nesse sentido, a capacidade criativa de Jorge Amado não se furta a recorrer a elementos referentes à observação ficcional que poderiam concorrer como um decréscimo à conceituação de uma obra junto à crítica. Por outro lado, a demanda de situações narrativas que arrola concorre para que essa obra se constitua em recorte de época dos mais significativos:

Em suma, a melhor posição em face da história cultural é, sempre, a da análise dialética. Não é necessário forçar o sentido das dependências: bastaria um sumário levantamento estilístico para apontá-las profusamente; sem encarecer a extensão e a profundidade das diferenças: estão aí as obras que de 30 a 40 e a 50 mostram a saciedade que novas angústias e novos projetos enformavam o artista brasileiro e o obrigavam a definir-se na trama do mundo contemporâneo. (BOSI, 1989, p. 434).

A narrativa parece operar um jogo de cena e bastidor, na ocasião em que os enfrentamentos de operários e camponeses que resistem à opressão se contrapõem às relações entre empresários e políticos que se revezam em buscar acordos e agenciar seus interesses pessoais em meio a uma ordem de conflitos que caracteriza *Os subterrâneos da liberdade* dando-lhe o sentido essencial. A divisão que se estabelece entre as diferentes classes sociais oferece à narrativa o significado do que a ela se faz imprescindível, na medida em que seu teor de crítica à sociedade e seu sentido revolucionário alimentam-se desses temas. Assim, as demandas que se impõem como espaços abertos às lutas da classe trabalhadora correspondem em sentido oposto aos ambientes requintados, ao arrivismo social e ao cinismo das elites alçadas ao poder. Por conta disso, a narrativa desenvolve um plano mimético capaz de contrapor instâncias distintas que se fazem essenciais ao andamento do que em *Os subterrâneos da liberdade* se pode verificar.

Assim, ao projeto narrativo de Jorge Amado incorpora-se um elemento de força que condiz com o que desde o início de sua obra defende, em vista de uma proposição que efetivamente se serve dos assuntos inerentes à luta de classes e ao esforço dos subalternos no sentido de virem a superar a situação a que parecem eternamente condenados. Nesse sentido, o que poderia representar o distanciamento como termo essencial da narrativa a partir de *Os subterrâneos da liberdade* passa a exercer um

sentido oposto, uma vez que Jorge Amado não se exime em qualquer instante de invadir a narrativa para colocar em evidência sua posição política. Mais que representar uma atividade a ser reproduzida pela crítica, essa intromissão indevida acaba contribuindo para que na obra de Jorge Amado se consolide um estilo inigualável que se associa às expectativas populares sua condição de narrador, o que o faz por vezes tomar parte dos temas narrados. Por conta disso, o conteúdo político e social de *Os subterrâneos da liberdade* amplia sua condição verossímil, atuando em diferentes espaços de observação.

REFERÊNCIAS

AMADO, Jorge. *Os subterrâneos da liberdade*. 3 vol. São Paulo: Record, 1987.

BOSI, Alfredo. *História concisa da Literatura Brasileira*. São Paulo: Cultrix, 1989.

_____. *Literatura e resistência*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

CANDIDO, Antonio. *A educação pela noite e outros ensaios*. São Paulo: Ática, 1989.

_____. *Ficção e confissão: ensaios sobre Graciliano Ramos*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.

_____. *Literatura e sociedade: estudos de teoria e história literária*. São Paulo: Editora Nacional, 1976.

CARPEAUX, Otto Maria. Introdução. In: *História da Literatura Ocidental*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Alhambra, 1978.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Literatura e humanismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

RAMOS, Graciliano. *Memórias do cárcere*. 2 vol. Rio de Janeiro: Record, 1978.

RUFATTO, Simone. O romance de 1930. *Revista do IEB*, n. 44, fev. 2007, p. 251-255.

SODRÈ, Nelson Werneck. Prefácio. In: RAMOS, Graciliano. *Memórias do cárcere*. São Paulo: Martins, 1969.